



Inglaterra aposta em juízes leigos para solucionar lentidão da Justiça

Parece que a onda de saques e violência na Inglaterra, no ano passado, teve seu lado bom. O governo britânico acredita que a [resposta rápida do Judiciário](#) frente aos revoltosos serviu para mostrar que a Justiça criminal pode ser mais ágil e efetiva. Com base na experiência vivenciada, o governo está propondo uma reforma no sistema. A ideia inicial, divulgada nesta semana, é aumentar a participação dos juízes leigos e o uso da tecnologia. As propostas anunciadas ainda dependem de discussão dentro do próprio governo antes de serem postas em prática e oficialmente enviadas para análise do Parlamento.

Atualmente, um caso criminal de menor gravidade demora em média cinco meses para ser julgado na Inglaterra, contados a partir da data em que o crime foi cometido até a sentença. Para o Ministério da Justiça, é muito. O plano do governo é agilizar os trâmites para que os casos sejam julgados em dias e, quando possível, em apenas algumas horas. “Justiça tardia é Justiça negada, especialmente para as vítimas”, afirmou Nick Herbert, o ministro britânico responsável pela Polícia e Justiça Criminal.

No ano passado, dias depois da onda de protestos em Londres, já começaram a sair [as primeiras condenações](#). De acordo com o Ministério da Justiça, só no primeiro mês depois dos protestos, 1,7 mil pessoas foram denunciadas e quase 18% foram julgadas. O governo analisou a agilidade e concluiu que grande parte dela foi resultado do trabalho dos julgadores fora do horário comercial. Logo depois dos protestos, tribunais funcionaram durante as noites e nos finais de semana. A ideia, então, é fazer com que a experiência vire regra.

Mais de 90% dos casos criminais na Inglaterra e no País de Gales são resolvidos nas chamadas *Magistrates' Courts*, espécie de Juizado Especial. Nessas cortes, todos os julgadores são juízes leigos e voluntários, que trabalham meio período e alguns dias no ano, apenas. Eles lidam com crimes de menor potencial ofensivo, como infrações de trânsito, pequenos furtos e perturbação da ordem pública. Podem aplicar penas de até seis meses de prisão ou multas de até 5 mil libras (cerca de R\$ 15 mil). Os julgamentos nunca são monocráticos. As decisões são tomadas sempre em grupos de três juízes.

A proposta do governo é ampliar o horário de funcionamento das *Magistrates' Courts* ou, pelo menos, modificar para que elas possam funcionar durante as noites e nos finais de semana. Assim, um acusado preso pela Polícia numa sexta-feira à noite, por exemplo, não precisa esperar até segunda-feira para ser ouvido e julgado.

O governo também quer que, em alguns casos repetidos, os juízes leigos possam decidir sozinhos. Por exemplo, nas acusações contra moradores que não pagam a licença obrigatória no Reino Unido para assistir televisão e nas pequenas infrações de trânsito. Segundo o relatório do Ministério da Justiça, essas duas ofensas representam quase metade dos casos julgados pelas *Magistrates' Courts* e raramente são contestadas pelos acusados. As punições são previsíveis e, ainda assim, a lei hoje exige que o colegiado se reúna para decidir.

Os crimes mais graves, como estupros e assassinatos, são julgados pela *Crown Court*, composta por juízes togados. Lá, um caso demora cerca de 10 meses para ser solucionado — o dobro que o tempo médio nas *Magistrates' Courts*. O que o governo pretende é reduzir o número de casos que vão para



esses tribunais e concentrar tudo que possível na mão dos julgadores leigos. Para isso, o governo quer modificar a legislação para os crimes menos graves que hoje podem ser julgados tanto pelos leigos como pelos juízes togados. A proposta é impedir que as *Magistrates' Courts* declinem da competência para julgar alguns casos um pouco mais graves que as infrações comuns. Nesses, no entanto, o réu continuaria tendo o direito de escolher ser julgado pelos leigos ou pelos togados.

Justiça sem papel

O governo está propondo, para otimizar os gastos do sistema judicial criminal e aumentar a eficiência, reduzir o uso do papel, começando já do inquérito na Polícia. De acordo com o Ministério da Justiça, até o final do ano, todas as unidades policiais estarão habilitadas para transmitir inquérito e provas eletronicamente para a Procuradoria, que também envia o processo para as *Magistrates' Court* por meio eletrônico. Os promotores hoje já vão para os julgamentos munidos de *tablet*, em vez de páginas e páginas de papel.

A aposta para reduzir a demora por um veredicto também está nas videoconferências. De acordo com o Ministério da Justiça, estão sendo investidos 10 milhões de libras (cerca de R\$ 30 milhões) em vídeo-tecnologia. Depoimentos de vítimas, testemunhas e mesmo de acusados são feitos por meio de videoconferência, mas o governo quer tornar a prática mais comum. O plano também é ampliar o uso da tecnologia para a Polícia, para que os policiais responsáveis por uma investigação possam interrogar prisioneiros detidos em outra área.

Faxina na Justiça

A reforma na Justiça criminal é mais um passo da remodelação que o governo britânico vem propondo no Judiciário inglês e do País de Gales. Entre os planos já anunciados, está o polêmico [fechamento de 142 tribunais](#) da Inglaterra e do País de Gales, confirmado em dezembro de 2010.

A Inglaterra e o País de Gales têm atualmente 530 cortes de Justiça. Dessas, 330 são *Magistrates' Courts*, espécie de Juizado Especial; 219 são *County Courts*, o equivalente britânico aos tribunais estaduais; e 91, *Crown Court Centres*, que cuidam dos processos criminais e são onde acontecem os júris (a soma dá mais de 530 porque o mesmo tribunal pode abrigar duas cortes diferentes).

Serão fechadas 93 *Magistrates' Courts* e 49 *County Courts*, mas o governo não explicou quando os tribunais encerram as atividades e de que maneira os funcionários, inclusive juízes, serão realojados. Com o fechamento das cortes, o governo estima poupar 41,5 milhões de libras esterlinas (cerca de R\$ 130 milhões) e, com a venda de ativos, arrecadar outros 38,5 milhões (cerca de R\$ 120 milhões). Do dinheiro economizado e arrecadado, o Estado prometeu investir 22 milhões de libras esterlinas (quase R\$ 70 milhões) para aprimorar as cortes que vão absorver o trabalho das falecidas.

Também está em discussão no Parlamento [projeto de lei que corta um sexto do orçamento destinado à assistência judiciária](#) na Inglaterra e no País de Gales e prevê medidas para reduzir a reincidência no crime. Hoje, o governo britânico gasta mais de 2 bilhões de libras esterlinas (mais de R\$ 5 bilhões) com assistência judicial. O corte representaria uma economia anual de 350 milhões de libras esterlinas (cerca de R\$ 875 milhões) para os cofres públicos.

Já a reincidência é vista como um dos grandes problemas da área criminal. De acordo com dados divulgados no final de 2010 pelo Ministério da Justiça, [metade dos prisioneiros na Inglaterra e no País de Gales comete outro crime](#)



em até um ano após a liberdade.

Date Created
18/07/2012